

Searle e Dennett: duas perspectivas de estudo da mente

José Atilio Pires da Silveira *

recebido: 01/2013
aprovado: 03/2013

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre os diferentes métodos de estudo da mente e sua relação com a Filosofia. Apresentamos duas perspectivas de estudo da mente que tratam da possibilidade de obtenção de inteligência artificial suscitadas pela apresentação do jogo da imitação e do projeto da Inteligência Artificial por Alan Turing. A proposição turingeana de constatação e expectativa de reconhecimento da inteligência contida no projeto da Inteligência Artificial é criticada por John Searle com o argumento do quarto chinês, cujo objetivo é provar que a competência na operação com símbolos não significa necessariamente um agir inteligente. Daniel Dennett defende o projeto de Turing ao afirmar que não é possível um estudo rigoroso da mente sem a observação e a aceitação da concepção de que o agir inteligente consiste essencialmente na capacidade de processar informação. Essas diferenças são de natureza filosófica, pois elas partem de idéias distintas quanto à constituição do objeto de estudo em questão, a mente. Enquanto para um a mente compreende uma estrutura constituída de dois níveis, fisiológico e fenomenológico; para o outro, ela é constituída de três níveis, sendo o nível de processamento da informação um nível intermediário entre os níveis fisiológico e fenomenológico. O papel da Filosofia da discussão em torno da mente mostra-se necessário, pois a demarcação ontológica do objeto de estudo determina os modos de abordagem do mesmo.
Palavras-chave: Mente, John Searle, Daniel Dennett, Inteligência Artificial, Intencionalidade.

*Professor Assistente – UNIOESTE/PR

Abstract: This article aims to reflect on the different methods of study of the mind and its relation to philosophy. We present two perspectives for the study of the mind dealing with the possibility of obtaining artificial intelligence raised by the presentation of the imitation game and design of Artificial Intelligence by Alan Turing. The proposition turingeana expectation of finding and recognizing the intelligence contained in the project of Artificial Intelligence is criticized by John Searle in the Chinese room argument, whose goal is to prove competence in the operation with symbols does not mean necessarily smart act. Daniel Dennett defends the project Turing stating that it is not possible a rigorous study of the mind without notice and acceptance of the view that the smart act is essentially the ability to process information. These differences are philosophical in nature, because they start from different ideas regarding the constitution of the object of study in question, the mind. While for one the mind comprises a frame consisting of two levels, physiological, phenomenological and, for another, it consists of three levels, with level information processing an intermediate level between the phenomenological and physiological levels. The role of the Philosophy of discussion around the mind proves necessary because the demarcation of the ontological object of study determines the modes of the same approach.

Keywords: Mind, John Searle, Daniel Dennett, Intentionality, Artificial Intelligence

1. Introdução

Ao publicar seu ensaio propondo o *jogo da imitação* como teste para detecção de inteligência num dispositivo artificial como o computador digital, Alan Turing provocou uma série de respostas que vêm sendo formuladas até os dias atuais. Essas respostas tratam dos limites e possibilidades do projeto turingeano de construção de inteligência artificial. As reações nas formas de crítica e defesa do projeto de Turing, como as formuladas por John Searle e Daniel Dennett, aqui abordadas, revelam um antagonismo dicotômico. As diferenças que marcam tal distinção são de natureza filosófica (ontológicas e epistemológicas). Isto é uma evidência de que a reflexão

filosófica ocupa um lugar de relevância neste campo de debate, a despeito dos consideráveis avanços alcançados pelas novas ciências cognitivas em sua investigação sobre o funcionamento do cérebro.

2. Alan Turing e o jogo da imitação

O jogo da imitação é um recurso do qual Alan Turing lança mão para tratar da questão: máquinas podem pensar ou não? Conforme ele mesmo afirma no início do seu artigo *Computação e Inteligência*, publicado na revista *Mind* de 1950, a resposta a esta questão poderia envolver um levantamento estatístico dos significados usados quando do emprego dos termos *máquina* e *pensar*. Entretanto, tal forma de proceder não seria produtiva, pois necessariamente nos levaria a uma ambiguidade, já que estes termos não possuem um significado único. A questão exige um outro tipo de resposta.

O jogo da imitação tem a participação de três jogadores, onde um é o perguntador e os outros dois são os respondedores. O perguntador está separado completamente dos demais jogadores, sendo as suas perguntas, e o conteúdo das respostas daqueles a essas perguntas, o único elo da relação entre eles. O experimento de Turing é proposto para verificar o nível de acerto do perguntador quando este leva em consideração exclusivamente as respostas dadas pelos respondedores para saber, por exemplo, qual o sexo de cada um dos interrogados.

Criado o cenário, Turing estabelece a seguinte hipótese: *o que acontecerá quando uma máquina ocupar o lugar de um dos interrogados neste jogo?* (TURING, 1996, p.22). Com isso ele pretende verificar se os percentuais de erro e acerto sofrem alterações quando o jogo não é disputado somente com jogadores humanos.1xx

Turing objetiva testar as habilidades *intelectuais* da

máquina, desprezando qualquer outro tipo de habilidade, como as físicas, por exemplo. O jogo da imitação visa testar a capacidade da máquina desempenhar determinadas realizações de pensamento humanas, não a capacidade de dar-se à máquina uma aparência física humana.

O método de pergunta e resposta parece adequado para ser usado em quase todos os campos de atividade humana que desejemos abranger. Não queremos punir a máquina por sua inabilidade de brilhar em concursos de beleza, nem punir um homem por perder uma corrida para um aeroplano. As condições de nosso jogo tornam essas inaptidões irrelevantes (TURING, 1996, p. 23).

Assim, o computador não precisa ter como estratégia em sua participação no jogo imitar o comportamento humano, mas sim *tentar dar as respostas que seriam dadas naturalmente por um homem* (TURING, 1996, p. 24). O desempenho comportamental da máquina poderia revelar sua inaptidão em imitar determinados trejeitos humanos, o que acabaria com suas pretensões de enganar ou auxiliar o interrogador, já que os papéis exercidos pelos jogadores interrogados são totalmente distintos, um tem de procurar auxiliar o interrogador e o outro prejudicar o julgamento deste.

Algumas condições devem ser cumpridas para que o jogo atinja o objetivo proposto, são elas: o interrogador não pode pedir demonstrações práticas aos interrogados; mesmo que os construtores da máquina não saibam como a máquina funciona exatamente, isso não a impedirá de participar do jogo; homens de carne e osso não são considerados máquinas e; somente um tipo de máquina pode ocupar o lugar de um dos jogadores humanos no jogo, o computador digital.

A condição de que somente computadores digitais possam participar do jogo para substituir humanos se deve à natureza e propriedades deste tipo de máquina. Turing a descreve como sendo uma máquina constituída de três partes: memória,

unidade executiva e controle. A memória é a parte onde as operações da máquina são realizadas, a unidade executiva, é encarregada de realizar as operações na memória e, o controle, que tem por finalidade verificar se as operações realizadas pela unidade executiva na memória estão seguindo corretamente as regras estabelecidas no programa que, por sua vez, ocupa uma parte da memória. Dessa forma, a memória é um componente constituído de uma parte permanente e outra temporária.

Um aspecto importante nesta descrição dos elementos de construção e funcionamento do computador digital, a fim de que reproduza as operações executadas pelo cérebro humano, é que, segundo Turing (1996, p. 28), o programador da máquina *terá de perguntar ao computador humano como a operação complexa é feita para então traduzir a resposta na forma de uma tabela de instruções (programa)*. O relevante é a algoritmidade pressuposta para que o *computador digital* possa imitar com sucesso algumas operações complexas realizadas pelo *computador humano*. O computador digital apresenta uma limitação quanto ao seu funcionamento. Ele não é capaz de realizar operações não-mecânicas ou que não se repetem com regularidade. O próprio Turing não acredita na construção de um computador digital dotado de livre-arbítrio ao afirmar que:

...é normalmente impossível determinar, observando-se uma máquina, se ela possui ou não um elemento aleatório, porque um efeito similar pode ser produzido por artifícios como fazer escolhas que dependam dos algarismos que compõem a seqüência decimal do número π (TURING, 1996, p. 29).

O computador digital é definido como uma máquina de estado discreto, isto é, uma máquina que nos permite fazer estimativas precisas do seu estado posterior a partir de um estado anterior. Seus estados são *bem definidos*, para usarmos a expressão de Turing. Não possui equívoco ou ambiguidade na

realização de suas operações, o ordenamento de suas funções deve sua precisão de funcionamento exatamente por não haver *dúvida* com relação ao passo seguinte a ser dado, que é determinado pelo anterior. Nisto consistindo a algoritmidade do seu funcionamento.2xx

A expectativa de Turing a cerca da participação do computador digital no jogo da imitação é a de que este tenha um desempenho semelhante ao de um jogador humano. Isso implica numa determinada competência de uso de símbolos semelhante a capacidade humana, sendo este o teste adequado que deveremos aplicar a uma máquina se quisermos saber se ela possui inteligência ou não.

Uma das objeções ao teste proposto por Turing é a chamada *objeção matemática*. Nela é afirmado, com base no teorema de Gödel, que máquinas de estado discreto possuem limites quanto à sua capacidade de responder a determinadas questões que lhes sejam propostas. O teorema de Gödel afirma que em qualquer sistema de linguagem lógica algumas proposições não têm como ser provadas como verdadeiras ou falsas, empregando-se os elementos desta mesma linguagem, isto só seria possível com o empregado de um outro sistema de linguagem mais poderoso. A linguagem empregada na programação da máquina poderá incapacitá-la para responder algumas questões formuladas na própria linguagem em que foi programada. O jogo da imitação só poderá ser jogado se as perguntas forem do tipo cujas respostas podem ser *sim* ou *não*. Uma máquina de estado discreto não conseguirá responder a perguntas do tipo: *Que acha de Picasso?* (TURING, 1996, p. 38). Essas máquinas não são capazes de dar respostas que não sejam afirmativas ou negativas. Dizer o que se acha de Picasso não pode ser expresso somente por frases do tipo enunciativa, aquelas que podemos nos posicionar quanto à sua verdade ou falsidade. Esta é mais uma evidência da qual Turing está consciente, a possibilidade de máquinas pensarem está restrita a

um âmbito bem determinado que não pretende de modo algum equivaler ao modo de pensar humano.

Outra objeção ao teste de Turing é o que ele chamou de *argumento da continuidade do sistema nervoso*, que consiste em afirmar que o sistema nervoso não é uma máquina de estado discreto e que, portanto,

não é de se esperar que seja possível imitar o comportamento do sistema nervoso com um sistema de estado discreto. É verdade que uma máquina de estado discreto tem que ser diferente de uma máquina contínua (TURING, 1996, p. 47).

São reforçados o modo e a situação em que o experimento do jogo da imitação deve ser compreendido. O experimento não pretende esgotar todos os recursos de pensamento da mente humana. Ele se restringe ao âmbito em que a máquina de estado discreto deverá simular, de maneira eficiente, determinadas operações da mente humana, não todas. A ressalva que Turing faz ao dizer que *se nos ativermos às condições do jogo da imitação, o interrogador não será capaz de tirar qualquer vantagem dessa diferença* (TURING, 1996, p. 48), marca claramente as fronteiras de seu experimento.

Uma terceira objeção é o *argumento da informalidade do comportamento* que afirma não ser possível construir-se um programa que formalize completamente o comportamento humano, ou seja, *...um conjunto de regras que pretenda descrever o que um homem deveria fazer em cada circunstância imaginável* (TURING, 1996, p. 48). Turing responde a esta crítica por meio da distinção entre *regras de conduta* e *leis de comportamento*, em que o segundo tipo de diretiva se refere à *leis da natureza que são aplicadas a um corpo humano*.

Sem dúvida que é possível formalizar leis da natureza, mas o pensamento humano não funciona somente levando em conta tais leis, a crítica de Davidson a este respeito é muito contundente ao afirmar, no artigo *Mente Material*, que:

...um conhecimento detalhado da física ou da fisiologia do cérebro ou do homem como um todo, não nos auxilia no tipo de interpretação requerida para a aplicação de conceitos psicológicos mais sofisticados... Não existe nenhuma maneira pela qual a psicologia possa ser reduzida à física (DAVIDSON, 1996, p. 116).

O quarto argumento crítico é feito pelo próprio Turing quando considera o funcionamento do computador digital como não sendo *exatamente um pensamento genuinamente humano*, ele mesmo propõe a questão ao perguntar se: *...não podem acaso as máquinas realizar algo que deveria ser descrito como um pensamento, mas que é muito diferente do que um homem faz?* (TURING, 1996, p. 24). Mais uma vez é reforçada a condição que devemos observar ao avaliarmos o desempenho da máquina no experimento proposto por ele.

3. A crítica de John Searle ao projeto de Turing

Ao propor uma resposta à questão sobre se máquinas podem pensar ou não, Turing lançou semente num terreno fértil que se mostrou bastante produtivo desde os anos 1950 até os dias atuais. Nesta época ainda germinava o que hoje chamamos de Inteligência Artificial, sendo Turing um dos principais matemáticos envolvidos no surgimento deste novo ramo do conhecimento humano. Quando descreveu o modo de funcionamento do computador digital, ele cogitou a possibilidade de empregá-lo como bancada de testes de simulações do comportamento humano que envolvem o emprego de símbolos. O jogo da imitação seria uma dessas simulações.

John Searle (1996), no ensaio *Mentes, Cérebros e Programas*, pretende mostrar que o desempenho do computador digital, embora seja difícil de distinguir do humano em

determinadas situações de uso, não é uma reprodução exata daquilo que acontece conosco quando participamos do jogo da imitação de Turing. Sua crítica ao teste de Turing afirma que a expectativa de aplicação que muitos pesquisadores em Inteligência Artificial colocam nas máquinas de estado discreto está muito além daquilo que este tipo de máquina realmente pode realizar. O limite de desempenho dos computadores digitais reside no fato de que estes *não compreendem* o significado dos símbolos com os quais operam. Tanto no jogo da imitação de Turing quanto no argumento do quarto chinês proposto por Searle, o que é comparável entre a máquina e o homem é a capacidade de ambos operarem com símbolos. A diferença é que enquanto Turing propõe o jogo da imitação para provar que computadores digitais podem realizar operações envolvendo o emprego de símbolos como forma de comparação com o desempenho humano, Searle propõe o argumento do quarto chinês para provar que as respostas dadas por um computador digital ao participar do jogo da imitação não envolvem a compreensão do significado destas, distinguindo-se, com isso, do desempenho humano, o suficiente para se poder afirmar que o agir da máquina não é um agir inteligente.

O argumento do quarto chinês, proposto por Searle, pretende mostrar que operações simbólicas não envolvem a necessidade de estados mentais para que sejam realizadas. Um ser humano pode operar símbolos, instanciar um programa, sem ter estados mentais relativos ao conteúdo específico de cada uma dessas ações. A estratégia searleana consiste em mostrar que a capacidade de desempenho simbólico humano é muito mais rica e complexa do que a de uma máquina de estado discreto. Um homem pode fazer tudo o que um computador digital é capaz de fazer, contudo, a recíproca não é verdadeira.

Sem dúvida que é um feito notável a construção dos computadores digitais possibilitada pela capacidade cognitiva humana. Nenhum outro *constructo* artificial se aproxima mais

daquilo que distingue o homem de todas as demais coisas. O computador digital é a invenção humana que mais se assemelha à *res cogitans*, mas trata-se apenas de uma similaridade, não é algo que seja totalmente idêntico à capacidade humana.^{3xx} O que chama a atenção de Searle é o fato do agir humano ser acompanhado de *compreensão*. Embora Searle refira-se explicitamente ao cérebro como sendo este elemento possuidor das condições que causam a compreensão do significado de símbolos com os quais operamos, sua explicação não é satisfatória porque nela ainda não é demonstrado como a base causal opera na produção de tais estados. Entretanto, mesmo sendo sua explicação insatisfatória, isto não o impede de aceitá-la. O próprio Searle não descarta a possibilidade de se

...produzir artificialmente uma máquina com sistema nervoso, neurônios com axônios e dendritos e tudo o mais, suficientemente semelhante a nós. Se você pode duplicar exatamente as causas, pode duplicar os efeitos. E de fato seria possível produzir consciência, intencionalidade e tudo o mais usando princípios químicos diferentes dos usados por seres humanos. Como eu disse, é uma questão empírica (SEARLE, 1996, p. 86).

De acordo com Searle, a dificuldade do projeto de Turing está no fato de que ele não trata com máquinas, mas sim com programas. Em sua opinião, não são os programas que causam os pensamentos, mas sim a complexidade da estrutura da máquina capaz de pensar. A rigor, podemos afirmar com relação à questão sobre se máquinas podem pensar ou não, tanto Turing quanto Searle concordam que máquinas podem pensar. A divergência entre eles reside no fato de que Searle não aceita a hipótese de que o computador digital seja este tipo de máquina.

O argumento do quarto chinês apresenta o caso em que um determinado agir, envolvendo o uso de símbolos, dá-se sem compreensão. O argumento é assim chamado porque parte da

situação em que um determinado sujeito, que fala somente uma língua, que não o chinês, é colocado dentro de um quarto fechado com três tipos de listas distintas. A primeira contém um texto escrito exclusivamente em chinês, a segunda lista em chinês contém um conjunto de regras para relacioná-la com a primeira (as regras estão escritas na língua do ocupante do quarto). A terceira lista contém símbolos chineses como uma lista de instruções na língua do ocupante do quarto, que lhe permitirá relacionar elementos da terceira lista com as duas primeiras. O sujeito dentro do quarto recebe, por uma abertura, perguntas escritas em chinês que deverão ser respondidas nesta mesma língua, as quais serão formuladas ao relacionar os conteúdos das três listas que possui. Com isso, Searle pretende mostrar que a atividade de pensar não consiste apenas em correlacionar-se, de maneira correta, um sistema simbólico com outro. Há algo além da manipulação de símbolos que permite a compreensão dos mesmos quando empregados por um ser humano, este algo ele chama de *intencionalidade*, que é definida como um fenômeno biológico dependente da bioquímica específica de suas origens.

A premissa forte do argumento de Searle afirma que a mente humana funciona com intencionalidade, diferentemente de um computador digital. Um sistema é intencional quando sua atividade se fundamenta em razões intrínsecas a ele mesmo. A ação de um sistema mental é o resultado, na maior parte das vezes, de uma atitude que envolve reflexão. Tal atitude não se trata de um procedimento computacional e algorítmico, esta atitude reflexiva se caracteriza pelo fato do agente *saber as razões* que o levam a agir de um modo e não de outro. Este *saber as razões* não implica um conhecimento pormenorizado do objeto, fato ou ação em questão, pois em muitas situações nossa conduta se pauta exatamente pelo desconhecimento que temos dela. Um sujeito perdido numa floresta à noite não está impossibilitado de escolher um lado pelo qual iniciará sua

caminhada em busca do rumo certo. A concepção de intencionalidade apresentada por Searle em *Mentes, Cérebros e Programas* parte da idéia de que o fato de sabermos, em muitas ocasiões, porque agimos de uma forma e não de outra se deve a processos biológicos que envolvem um determinado tipo de estrutura complexa. Não se trata de uma simples obediência a uma sintaxe para que tais resultados possam vir a ser obtidos, os programas não são os elementos causais do agir intencional, antes disso, deverá existir um conteúdo que torna possível o desencadeamento dos eventos mentais.

Searle (1996, p. 70) afirma que *encontramos muita confusão sobre a palavra compreensão*. A aceitação de que computadores podem desempenhar e reproduzir comportamentos humanos com os mesmos estados mentais é, na verdade, consequência do equívoco envolvendo o significado de *compreensão*. Como qualquer outra expressão do vocabulário ela pode ser empregada de modo incorreto e é exatamente isso que ocorre com o conceito de *compreensão*, na opinião dele, pois *há casos em que “compreensão” se aplica claramente e casos onde claramente ela não se aplica* (SEARLE, 1996, p. 70).

Uma das críticas dirigidas ao argumento do quarto chinês afirma que o *sistema* do quarto é que alcança compreensão, não o indivíduo que se encontra dentro do quarto, sendo este apenas um dos componentes que formam o sistema do quarto chinês. A resposta de Searle a esta objeção é bastante incisiva ao enfatizar que somente alguém que estivesse ideologicamente comprometido com a tese da Inteligência Artificial poderia achar plausível a idéia de que o sistema alcançaria *compreensão*, embora o indivíduo que faça parte deste sistema não tenha compreensão alguma do que esteja, de fato, se passando. O sistema do quarto chinês não possui uma estrutura com um nível de complexidade suficiente que lhe garanta o alcance de compreensão. Mesmo que um indivíduo pudesse

internalizar todos os elementos estruturais do quarto chinês e que esta estrutura do quarto chinês fosse entendida como um subsistema do indivíduo em questão, este subsistema não teria como fazer com que o homem, do qual ele (subsistema) faz parte, compreendesse chinês.

Se tenho que concluir que deve haver cognição em mim com base no fato de que tenho um certo tipo de input e output e um programa entre estes, então parece que todos os tipos de subsistemas não-cognitivos tornar-se-ão cognitivos (SEARLE, 1996, p. 75).

Se assim fosse, diz Searle, o estômago, o fígado e outros órgãos seriam dotados de compreensão, já que a comida e os produtos alimentares seriam os dados de entrada e saída do sistema que possuiria um programa de como processá-los corretamente para o benefício do organismo. Para ele os alimentos não possuem nenhum significado para o estômago. Tanto no caso do estômago quanto no do quarto chinês, a compreensão está nos programadores e intérpretes do que acontece. Sua crítica ao projeto de Turing enfatiza que se aceitarmos a idéia de que tanto no caso do estômago quanto no do quarto chinês há compreensão, a distinção entre mental e não-mental fica sem fronteiras bem definidas e, neste sentido, tal projeto científico perde rigor.

A crítica de Searle é dirigida ao computador digital por sua limitação em ser capaz de somente executar programas. Para ele, não é este tipo de máquina que nos possibilitará o desenvolvimento de inteligência artificial genuína. O fundamento dessa crítica repousa na afirmação de que, embora o computador digital seja capaz de simular operações mentais que realizamos, isso não passa de uma simulação, pois esta máquina, diferente de nós humanos, não age com compreensão. O computador digital é uma máquina que possui somente a capacidade de operar formalmente com símbolos, somente isso.

O pensamento humano não consiste meramente no processamento correto de símbolos, ele não se resume ao emprego de regras sobre o uso de elementos de uma determinada linguagem. A condição de saber o significado dos símbolos com os quais opera vai muito além da capacidade de manipulação dos mesmos. O agir intencional não é uma atividade de caráter meramente formal.

4. A defesa de Daniel Dennett do projeto de Turing

Daniel Dennett defende o projeto de Turing de construção de Inteligência Artificial criticando o argumento do quarto chinês de Searle. Para ele o projeto de Turing é viável porque o agir inteligente consiste na capacidade de processamento de informação. De acordo com ele, o problema da mente deve ser abordado a partir da teoria evolutiva darwiniana. O que entendemos por mental está relacionado ao tipo de resposta que nosso organismo dá para as demandas que estão para além daquelas que dizem respeito à manutenção da vida.

Uma das distinções entre as abordagens de Searle e Dennett de estudo da mente aparece na noção de *intencionalidade*. Como vimos acima, para Searle a noção de intencionalidade é importante nesta discussão por servir de demarcação entre aquilo que é genuinamente inteligente daquilo que não o é.

Para Dennett um dos erros de Searle sobre a intencionalidade é o de atribuir a nós humanos a chamada *intencionalidade original ou intrínseca*. Isto é, a intencionalidade produzida exclusivamente pela interação das partes que constituem uma totalidade complexa, não dependendo de influência ou interferência de um agente estranho ou externo para que seja produzida. A idéia aceita por Searle de que possuímos a exclusividade desta atribuição é, para

Dennett, uma das razões nas quais se fundamenta a tradição filosófica ao afirmar que o projeto de Turing não tem como alcançar aquilo a que se propõe, já que um computador não possui intencionalidade original e, portanto, não possui consciência e compreensão do que realiza.

Dennett entende que nossa intencionalidade não é original, mas derivada. Além disso, não é só a intencionalidade original que possui a capacidade de derivar intencionalidade, a intencionalidade derivada também deriva intencionalidade derivada.

O principal ponto de apoio da crítica ao argumento do quarto chinês de Searle diz respeito ao modo como devemos investigar os fenômenos mentais. A possibilidade de verificação de tais fenômenos é imprescindível quando se trata de um terreno que possibilita infinitas especulações, sendo o método das ciências empíricas o mais apropriado ao estudo da mente, na opinião de Dennett. Este paradigma epistemológico se choca com o de Searle. Enquanto Searle acredita que a mente pode ser estudada a partir daquilo que lhe é intrínseco, a chamada “ontologia subjetiva”, Dennett crê ser possível o estudo a partir do enfoque “heterofenomenológico” que propõe uma abordagem da mente da perspectiva de terceira pessoa.

Segundo Dennett o estudo da mente somente alcançará algum desenvolvimento quando a tradição filosófica for superada. A tradição filosófica da qual, para ele, Searle é um dos seus representantes, determinou a existência de algo que ela não consegue provar, os estados mentais internos, os elementos que constituem os conteúdos das subjetividades. A forma de superar esta determinação filosófica seria o encontro dos vestígios disto que não existe mais. Sua abordagem acerca do problema da consciência parte da aceitação de que não é verdade aquilo que a tradição filosófica determinou ao pressupor a existência dos conteúdos intrínsecos e exclusivos de cada mente.

Para Searle é tudo realmente muito simples. Existem essas intuições fundamentais, testadas pelo tempo, que temos sobre a consciência e qualquer teoria que as desafie é simplesmente absurda. Eu, por outro lado, penso que o problema persistente da consciência vai permanecer um mistério até que encontremos algumas dessas óbvias intuições mortas e mostremos que a despeito das primeiras impressões, ela é falsa (SEARLE, 1998, p. 134).

O projeto de Turing de construção de inteligência artificial é viável, na opinião de Dennett, pois, ele concorda com o pressuposto turingiano de que o agir inteligente exige necessariamente a manipulação de informação.

De acordo com Dennett, há no argumento do quarto chinês vários problemas que vão desde o uso de falácias até a não compreensão da concepção do “sistema de respostas”, passando pela repetição do mesmo argumento, sem levar em consideração as várias críticas dirigidas a ele. Sua abordagem pretende superar as dificuldades de avanço na compreensão da mente, determinadas pela tradição filosófica, adotando uma posição epistêmica de cunho materialista, isto é, que procede pela observação rigorosa do que pode ser objeto de conhecimento.

Na opinião de Searle, Dennett pretende superar o dualismo mente/corpo simplesmente negando a existência dos conteúdos intrínsecos da mente sem, contudo, provar tal afirmação.

Dennett se ressentia por seu estilo retórico ter sido caracterizado por mim como *tendo uma certa atitude evasiva*, já que ele não apresenta sua negação da existência dos estados conscientes de forma clara e sem ambigüidades no início do seu livro (SEARLE, 1998, p. 145).

Para Dennett o estudo da mente só pode ser realizado com rigor através de observação. A *subjetividade ontológica*, cuja existência é defendida por Searle e pela tradição filosófica, é

algo que, ainda, aguarda comprovação. Ele concorda com a descrição que Searle faz do materialismo moderno, corrente de estudo na qual ele é incluído por Searle e cuja principal característica é o reducionismo à física. Sete pontos são evidenciados nesta descrição do programa do materialismo moderno para o estudo da mente.

1) Onde está envolvido o estudo científico da mente, a consciência e suas características especiais são de importância muito reduzida... 2) A ciência é objetiva... 3) Porque a realidade é objetiva, o melhor método para o estudo da mente é adotar o ponto de vista objetivo ou de terceira pessoa... 4) A partir do ponto de vista objetivo... os fenômenos mentais de outro sistema... conhecemos pela observação de ser comportamento. 5) Comportamento inteligente e relações causais de comportamento inteligente são, em certo sentido, a essência do mental... 6) Cada evento no universo é, em princípio, conhecível e inteligível por investigadores humanos. A realidade é física, a ciência envolve a investigação da realidade física e não há limites ao nosso conhecimento da realidade física, segue-se que todos os eventos no universo são conhecíveis e inteligíveis por nós. 7) As únicas coisas que existem são essencialmente físicas, na forma em que o físico é tradicionalmente concebido, isto é, como oposto ao mental (SEARLE, 1998, p. 19).

O único ponto de discordância de Dennett relativo a esta descrição do materialismo moderno feita por Searle é sua não aceitação de que a consciência seja o fundamento do estudo da mente. Para ele, a consciência é um fenômeno mental. Por essas razões, ele se aproxima dos cientistas cognitivistas. Sua forma de cooperação com a ciência está diretamente ligada à sua concepção de filosofia, qual seja, *o que você faz até averiguar exatamente quais perguntas devem ser feitas* (DENNETT, 2009, p. 232).

A solução do mistério da consciência não está somente nas mãos dos filósofos. Para Dennett a solução demanda uma ação cooperativa dos esforços científicos e filosóficos, cabendo à filosofia a determinação das questões que são de fato

relevantes e, à ciência o método de investigação que elaborará as respostas aos problemas levantados.

Ainda de acordo com Dennett (2009, p. 232, tradução minha), *não há escassez de razões pelas quais os filósofos são vistos com desconfiança, no melhor, por muitos da comunidade científica*. A atitude crítica dos filósofos é vista como uma atitude destrutiva pelos cientistas, pois os filósofos não os auxiliam na elaboração de experimentos que busquem superar os problemas apontados pela crítica filosófica.

Uma das principais lições que tenho aprendido dos cientistas é que eles têm uma justificável impaciência, constantemente desprezada, para com os tipos de criticismo puramente destrutivo que os filósofos trazem da filosofia (DENNETT, 2009, p. 233 tradução minha).

Dennett enfatiza que o distanciamento entre ciência e filosofia só traz prejuízos para o aprofundamento da resposta requerida pelo problema. Um dos exemplos é a influência do pragmatismo científico quando da apreciação dos problemas filosóficos pelos cientistas. Um deles é o pensamento de que o problema filosófico da definição dos *qualia* seria resolvido por meio de um experimento que nos permitisse assim defini-lo de forma mais adequada.

Por entender que o pensamento também faz parte do mundo físico, não há outro meio de desfazer o seu mistério sem que a ciência seja empregada. Para Dennett a consciência é o resultado de ações não conscientes realizadas por nossas células. Essas ações são passíveis de observação científica. Por isso, ele propõe a “heterofenomenologia” como forma de estudo da mente, a perspectiva de terceira pessoa.

Mas chega de quarto chinês. O que tenho eu a oferecer? Tenho meu candidato para a intuição fatalmente falsa e é, de fato, a mesma intuição que Searle convida o leitor a compartilhar com ele, a convicção de que sabemos sobre o que estamos falando

quando abordamos “aquele sentimento” – você sabe, o sentimento de dor, que é o efeito do estímulo e a causa das disposições para reagir – a *quale*, o conteúdo “intrínseco do estado subjetivo. Como pode alguém negar isso? Apenas observe – mas terá de prestar muita atenção. Desenvolvo meus argumentos destrutivos contra tal intuição mostrando como uma ciência objetiva da consciência é possível apesar de tudo, e como a alternativa “de primeira pessoa”, proposta por Searle, leva à autocontradição e a paradoxos em cada passo. Este é o “erro mais profundo” em meu livro, segundo Searle, e ele começa a “expo-lo”. O problema é que o método científico objetivo que descrevo (sob o nome alarmante de heterofenomenologia) não é algo inventado por mim. Trata-se, na verdade, do método, tacitamente endossado e aceito por qualquer cientista trabalhando com a consciência, incluindo Crick, Edelman e Rosenfield. Eles não levam em conta o conteúdo “intrínseco” e a “subjetividade ontológica” de Searle; eles sabem mais (SEARLE, 1998, p. 136).

Proposta de estudo completamente distinta da de Searle, para quem o estudo da mente possui um caráter essencialmente subjetivo e reflexivo. No entendimento de Dennett a reflexão não é adequada para este propósito, porque não é possível, através desta forma de investigação, o cumprimento da exigência de verificabilidade das hipóteses de estudo. Esta diferença, de natureza epistemológica, é consequência das doutrinas opostas adotadas por eles. O materialismo moderno, com o qual Dennett concorda, afirma que há um nível intermediário entre os níveis fenomenológico e neurofisiológico de nossos conteúdos representacionais. A mente compreenderia este nível em que há processamento de informação. Searle, por sua vez, nega a existência deste nível intermediário.

Dennett não chega a ser um determinista, embora para ele os movimentos naturais resultem de ações cegas que se dão pelas infinitas possibilidades de relações entre os componentes do mundo. Ele não procura definir a mente pelos tipos de materiais ou componentes constitutivos, mas por sua função,

que consiste no processamento de informação. Diferente de Descartes, ele não acredita que a mente seja algo distinto do corpo e que se sobreponha a ele como um centro de comando das suas ações.

5. Considerações Finais

Searle e Dennett estabelecem entre as suas posições filosóficas e epistemológicas uma relação de caráter dicotômico ao debaterem o problema da possibilidade de se produzir inteligência artificialmente. Entretanto, ambos adotam semelhantes atitudes de pensamento ao discutirem o problema. Mostram-se dogmáticos naquilo que diz respeito às noções básicas que sustentam as concepções de mente das quais eles partem. Por um lado, a posição da tradição filosófica, representada por Searle, postula a existência de conteúdos que constituem a subjetividade e que devem ser o objetos envolvidos necessariamente numa explicação do mental, de outro, a posição crítico-científica, representada por Dennett, afirma a necessidade da abordagem científica para a compreensão do agir inteligente, a qual não pode abrir mão da observação rigorosa, postulando a tese de que é possível um estudo da mente sem a necessidade de emprego das noções aceitas tradicionalmente pela filosofia.

A diferença entre ambos é de natureza filosófica, suas ontologias e epistemologias são muito distintas. Se para Searle não há uma entidade intermediária entre nossas representações e pensamentos, para Dennett é exatamente a existência deste tipo de entidade que possibilita o estudo adequado da mente.

Assim, fica claro que a filosofia possui um lugar central na discussão em torno da mente, pois todo e qualquer estudo sobre a mesma vem precedido de uma noção filosófica sobre ela. O antagonismo Searle/Dennett tem origem na

fundamentação filosófica que orienta as investigações e compreensões de ambos sobre a mente.

Referências bibliográficas

- DAVIDSON, D. *A Mente Material*. In: TEIXEIRA, J.F. (Org.). *Cérebros, Máquinas e Consciência*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.
- DENNETT, D. *The part of cognitive science that is Philosophy*. In: *Topics in Cognitive Science 1* (231-236), Fevereiro/2009.
- SEARLE, J. *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Mentes, cérebros e programas*. In: *Cérebros, Máquinas e Consciência*. Org. João de Fernandes Teixeira, São Carlos: EDFUSCar, 1996.
- TURING, Alan. *Computação e Inteligência*. In: TEIXEIRA, J.F. (Org.). *Cérebros, Máquinas e Consciência*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.

Notas

- 1 De acordo com o próprio Turing, o percentual de acerto com relação a um interrogador médio é de 70%, após 5 minutos de interrogatório.
- 2 A concepção de Laplace é mencionada por Turing a fim de corroborar o funcionamento descrito por ele da máquina de estado discreto. A idéia de Laplace pressupõe que se tivermos conhecimento de todas as variáveis ou aspectos de um determinado estado momentâneo de coisas, poderemos dizer com precisão os estados futuros resultantes deste.
- 3 Uma abordagem eliminativista, como as realizadas pelo casal Churchland e Rorty, dá um enfoque totalmente distinto a esta questão, pois, para eles, o computador digital é tão somente um simulador do comportamento da res cogitans, isto significa que de certa forma aceitamos a concepção dualista cartesiana que emprega um vocabulário psicológico primitivo que, segundo esses autores, já foi superado pelo das neurociências.